

Dimensão econômica

Quadro econômico





Dimensão econômica

42 Produto interno bruto *per capita*

O Produto Interno Bruto *per capita* indica a renda média da população em um país ou território e sua variação é uma medida do ritmo do crescimento econômico daquela região.

Descrição

As variáveis utilizadas para a construção deste indicador são o Produto Interno Bruto - PIB, a preços constantes, e a população residente estimada para 1º de julho.

O indicador expressa a razão entre o PIB e a população residente.

A fonte responsável pelas variáveis do indicador é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Justificativa

O crescimento da produção de bens e serviços é um indicador básico do comportamento de uma economia. Na qualidade de um indicador sintético, o PIB *per capita* resulta útil para sinalizar o estado do desenvolvimento econômico, em muitos aspectos, assim como o estudo de sua variação informa sobre o comportamento da economia ao longo do tempo. É comumente utilizado como um indicador-síntese do nível de desenvolvimento de um país, ainda que insuficiente para expressar, por si só, o grau de bem-estar da população, especialmente em circunstâncias de desigualdade na distribuição de renda.



Comentários

O Produto Interno Bruto *per capita* é normalmente utilizado como um indicador da riqueza e do ritmo de crescimento da economia. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, costuma ser tratado como uma informação associada à pressão que a produção exerce sobre o meio ambiente, em consumo de recursos não-renováveis e contaminação. Mas o crescimento do PIB também pode ser condição para a satisfação das necessidades humanas correntes, para o combate da pobreza, diminuição do desemprego e para minorar outros problemas sociais. Seu crescimento é visto como um sinal de alerta nas condições dos países ricos, cujo padrão de vida e riqueza são os maiores responsáveis pelos problemas ambientais globais. Entre os países mais pobres ou em desenvolvimento é, em todos os sentidos, mais desejável que estejam presentes taxas elevadas de crescimento econômico, muito embora, na atualidade, eles próprios já não possam se descuidar da proteção ao meio ambiente como, no passado, se permitiram os chamados países centrais.

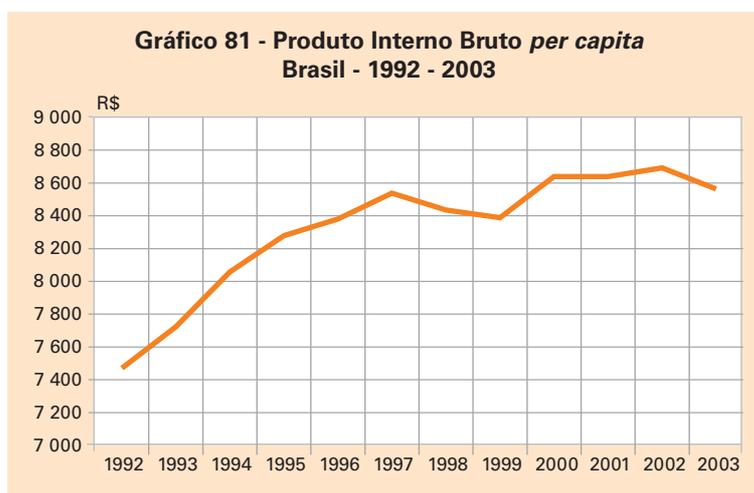
Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil, manteve-se num patamar bastante estável, alternando taxas de crescimento baixas com situações de queda em alguns anos. Esse comportamento, mesmo independentemente do padrão de concentração da renda existente, denota limitações que têm impedido um melhor desempenho da economia e um avanço sensível e sustentado no nível de renda do País.

É entre as Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul que tem se concentrado a ocorrência de taxas de crescimento do PIB estadual superiores à média nacional. Por outro lado, também é no Norte e Centro-Oeste que têm sido registrados os maiores incrementos populacionais. Esses movimentos vêm determinando alterações discretas na posição relativa das Unidades da Federação em relação ao indicador de PIB *per capita*, mas revelam a crescente interiorização da atividade econômica do País.

Indicadores relacionados

- 02 - Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas
- 03 - Uso de fertilizantes
- 04 - Uso de agrotóxicos
- 06 - Queimadas e incêndios florestais
- 07 - Desflorestamento na Amazônia Legal
- 18 - Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
- 21 - Acesso a esgotamento sanitário
- 22 - Tratamento de esgoto
- 23 - Taxa de crescimento da população
- 25 - Índice de Gini da distribuição de rendimento
- 26 - Taxa de desocupação
- 27 - Rendimento familiar *per capita*
- 28 - Rendimento médio mensal
- 43 - Taxa de investimento
- 44 - Balança comercial
- 45 - Grau de endividamento
- 46 - Consumo de energia *per capita*

- 47 - Intensidade energética
- 48 - Participação de fontes renováveis na oferta de energia
- 49 - Consumo mineral *per capita*
- 50 - Vida útil das reservas minerais
- 51 - Reciclagem



Fontes: Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 40. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM; Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes outubro/dezembro 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pub/>>. Acesso em: maio 2004.

Nota: Valores a preços de 2003 calculados com base nos deflatores implícitos do PIB.

**Tabela 100 - População residente, Produto Interno Bruto, total e *per capita*
Brasil - 1992-2003**

Ano	População residente (1)	Produto Interno Bruto	
		Total (1 000 000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)
1992	152 226 988	1 137 308	7 471
1993	154 512 692	1 193 318	7 723
1994	156 775 230	1 263 162	8 057
1995	159 016 334	1 316 515	8 279
1996	161 247 046	1 351 516	8 382
1997	163 470 521	1 395 729	8 538
1998	165 687 517	1 397 570	8 435
1999	167 909 738	1 408 548	8 389
2000	170 143 121	1 469 970	8 640
2001	172 385 826	1 489 265	8 639
2002	174 632 960	1 517 960	8 692
2003	176 876 443	(2) 1 514 924	(2) 8 564

Fontes: Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 40. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM; Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes outubro/dezembro 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pub/>>. Acesso em: maio 2004; Estimativas e projeções da população 1980-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/>. Acesso em: fev. 2004.

Nota: Valores a preços de 2003 calculados com base nos deflatores implícitos do PIB.

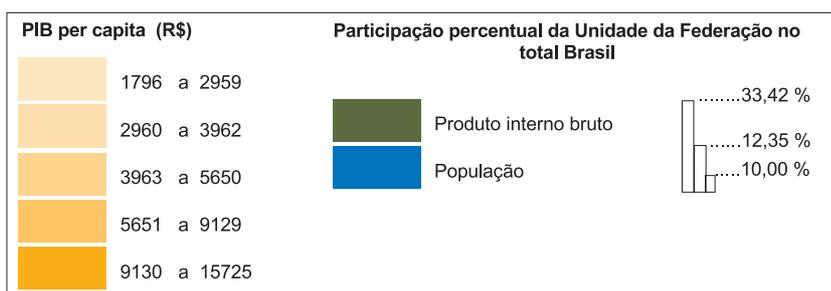
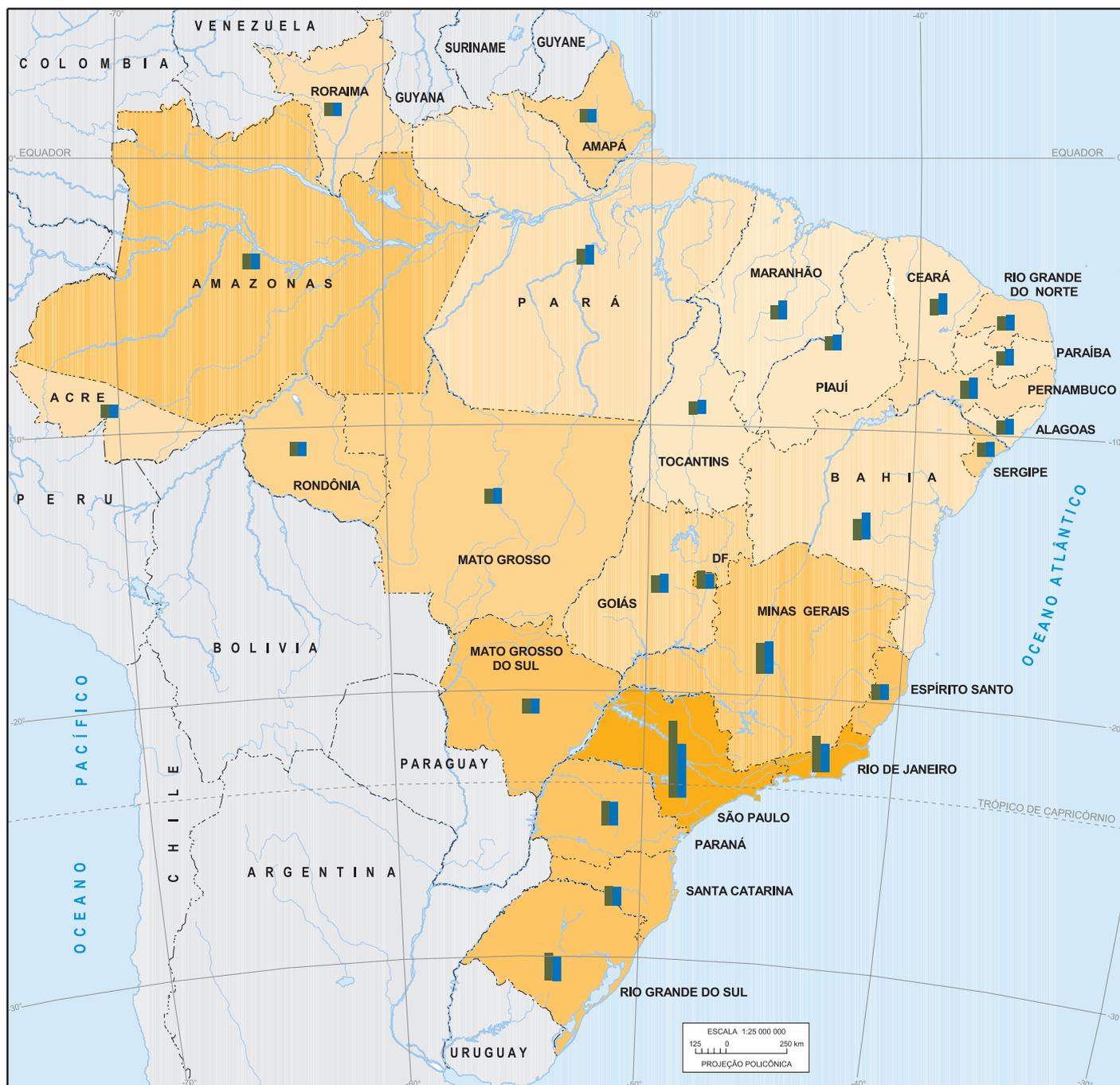
(1) População estimada para 1º de julho, revisada em função dos resultados do Censo Demográfico 2000. (2) Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 101 - População residente, Produto Interno Bruto, total e per capita, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente	Produto Interno Bruto	
		Total (1 000 000 R\$)	Per capita (R\$)
Brasil	172 385 826	1 198 736	6 954
Norte	13 223 859	57 026	4 312
Rondônia	1 407 608	6 083	4 321
Acre	573 267	1 921	3 351
Amazonas	2 892 420	20 748	7 169
Roraima	336 423	1 219	3 623
Pará	6 332 174	21 748	3 435
Amapá	498 158	2 253	4 523
Tocantins	1 183 809	3 067	2 590
Nordeste	48 332 163	157 302	3 255
Maranhão	5 732 679	10 293	1 796
Piauí	2 872 680	5 575	1 941
Ceará	7 550 461	21 581	2 858
Rio Grande do Norte	2 817 452	9 834	3 490
Paraíba	3 471 152	10 272	2 959
Pernambuco	8 007 347	31 725	3 962
Alagoas	2 857 358	7 569	2 649
Sergipe	1 817 419	8 204	4 514
Bahia	13 205 615	52 249	3 957
Sudeste	73 501 405	684 730	9 316
Minas Gerais	18 133 380	113 530	6 261
Espírito Santo	3 153 147	22 538	7 148
Rio de Janeiro	14 569 580	148 033	10 160
São Paulo	37 645 298	400 629	10 642
Sul	25 442 941	213 389	8 387
Paraná	9 688 969	72 770	7 511
Santa Catarina	5 448 051	46 535	8 541
Rio Grande do Sul	10 305 921	94 084	9 129
Centro-Oeste	11 885 458	86 288	7 260
Mato Grosso do Sul	2 111 512	13 736	6 505
Mato Grosso	2 558 073	14 453	5 650
Goiás	5 114 055	25 048	4 898
Distrito Federal	2 101 818	33 051	15 725

Fontes: Contas regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 52-54. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM; Estimativas e projeções da população 1980-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/>. Acesso em: fev. 2004.

Mapa 39 - Produto Interno Bruto per capita - 2001



Fontes: Contas regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, p. 52-54. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM; Estimativas e projeções da população 1980-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/>. Acesso em: fev. 2004.

43 Taxa de investimento

Mede o incremento da capacidade produtiva da economia em determinado período.

Descrição

As informações utilizadas são a formação bruta de capital fixo (gastos em investimentos público e privado) e o Produto Interno Bruto - PIB. O indicador expressa, em percentual, a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, calculada a preços de mercado.

A fonte das informações para este indicador é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Justificativa

A taxa de investimento mede o estímulo ao desenvolvimento econômico, ao refletir o aporte de capitais público e privado destinados a ampliar a capacidade de produção do País. O aumento do investimento é um fator para os países em desenvolvimento ampliarem seu espaço na economia mundial. A participação dos investimentos no PIB revela um importante componente da aceleração do ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Comentários

Para países em desenvolvimento, são preconizadas taxas de investimento bem mais altas que as que têm sido observadas no Brasil. Em nosso País ela tem flutuado em torno de valores inferiores a 20% e, além disso, mostra uma clara tendência de declínio. Tal comportamento sinaliza não só debilidade na expansão ou recomposição do parque produtivo para o futuro mas também com relação no nível de atividade corrente, posto que o investimento é considerado um componente decisivo de sustentação da demanda agregada.

Nos anos analisados, observa-se que o investimento privado ganhou importância relativa, muito embora tenha havido uma recuperação do investimento público a partir de 2001. Este fenômeno é, em boa medida, resultado da política de privatizações que alcançou empresas estatais de grande peso em nossa economia. Vale, contudo, lembrar que este indicador não mostra o papel do Estado no financiamento do investimento privado.

Parte importante do investimento privado refere-se ao setor institucional identificado nas contas nacionais pela categoria "famílias". Vale esclarecer que esta categoria, além de englobar as famílias consumidoras, seu principal componente, com grande peso nos investimentos dirigidos à construção, abrange ainda microempresas, autônomos e a agropecuária.

Indicadores relacionados

42 - Produto interno bruto *per capita*

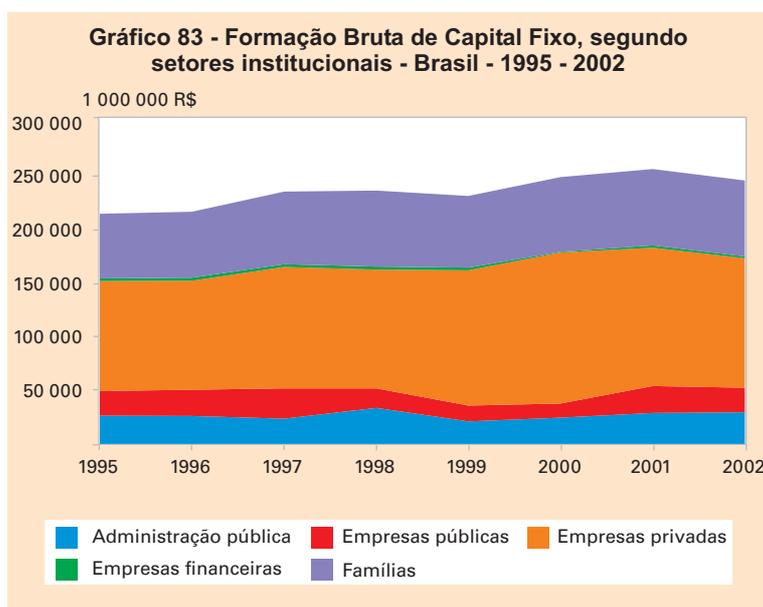
44 - Balança comercial

45 - Grau de endividamento



Fontes: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 2: 1996; Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM; Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes outubro/dezembro 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pub/>>. Acesso em: maio 2004.

Nota: Ano de 2003 com resultado preliminar calculado a partir das Contas Nacionais Trimestrais.



Fontes: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, v. 2: contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4). Acompanha 1 CD-ROM; Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002 (Contas nacionais, n. 7). Acompanha 1 CD-ROM; Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002 (Contas nacionais, n. 9). Acompanha 1 CD-ROM; Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM.

Nota: Valores a preços de 2002, calculados com base nos deflatores implícitos do PIB.

Tabela 102 - Taxa de investimento - Brasil - 1992-2003

Ano	Taxa de investimento (%)	Ano	Taxa de investimento (%)
1992	18,42	1998	19,69
1993	19,28	1999	18,90
1994	20,75	2000	19,29
1995	20,54	2001	19,47
1996	19,26	2002	18,32
1997	19,86	2003 (1)	18,04

Fontes: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 2: 1996; Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM; Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes outubro/dezembro 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pub/>>. Acesso em: maio 2004.

(1) Resultado preliminar calculado a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

**Tabela 103 - Formação bruta de capital fixo, por setor institucional
Brasil - 1995-2002**

Ano	Formação bruta de capital fixo (1 000 000 R\$)					
	Total	Setor institucional				
		Administração pública	Empresas públicas	Empresas privadas	Empresas financeiras	Famílias
1995	215 294	26 568	22 830	103 027	2 475	60 393
1996	217 217	26 018	24 785	101 899	2 798	61 716
1997	236 081	23 489	28 533	113 502	2 610	67 947
1998	236 964	33 746	18 188	111 229	2 670	71 131
1999	231 897	21 241	14 676	126 639	2 428	66 914
2000	249 777	24 544	13 270	141 281	599	70 083
2001	257 098	29 100	25 194	129 136	2 400	71 266
2002	246 606	29 636	22 894	121 259	1 653	71 165

Fontes: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4). Acompanha 1 CD-ROM; Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Contas nacionais, n. 7). Acompanha 1 CD-ROM; Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Contas nacionais, n. 9). Acompanha 1 CD-ROM; Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Contas nacionais, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM.

Nota: Valores a preços de 2002 calculados com base nos deflatores implícitos do PIB.

44 Balança comercial

Mostra a relação de uma economia com outras economias no mundo, através do saldo das importações e exportações de bens do País, em um determinado período.

Descrição

As variáveis utilizadas para a construção deste indicador são as exportações e as importações do País, em um dado período, expressas em dólares americanos (valor FOB). O indicador é constituído pela diferença entre exportação e importação, ou seja, pelo saldo comercial.

A fonte responsável pela produção destas informações é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, através da Secretaria de Comércio Exterior.

Justificativa

A balança comercial é um importante indicador para análise das relações entre a economia de um país e o resto do mundo. Os componentes do indicador refletem as mudanças nos termos de troca e competitividade internacional, sendo também capazes de mostrar dependência econômica e vulnerabilidade frente ao mercado financeiro internacional. A Agenda 21 reconhece expressamente que, em geral, o comércio internacional promove uma alocação mais eficiente dos recursos em níveis nacional e mundial, e estimula a transferência de inovações tecnológicas, apresentando efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, uma maior liberação comercial pode resultar em um uso mais intensivo e não-sustentável de recursos quando os preços de mercado não internalizam integralmente os custos ambientais.

Comentários

A agregação territorial adotada, Unidades da Federação, pode ocultar determinados movimentos como a importação de bens por uma região diferente daquela de consumo final. Em relação a cada Unidade da Federação, o dado de comércio exterior tampouco dá conta dos fluxos internos de bens e serviços que, em tese, cumprem papel equivalente ao do comércio internacional em termos de melhor alocação de recursos.

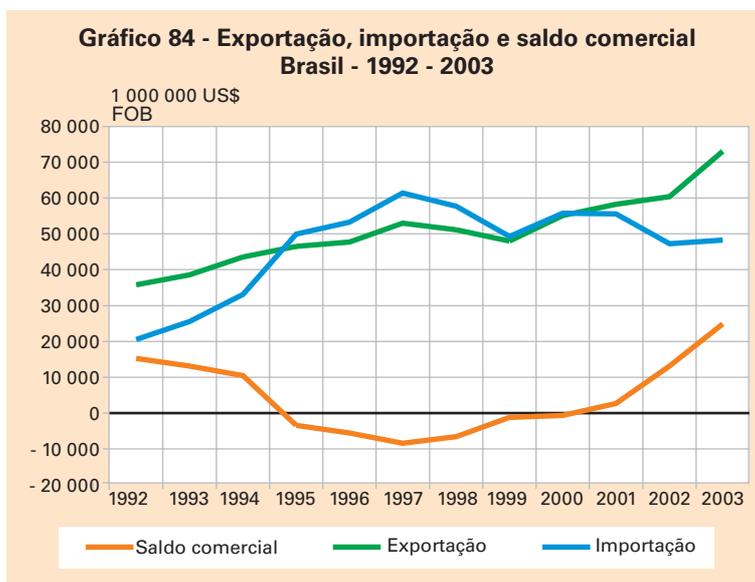
A abertura econômica e apreciação do câmbio resultou em saldos negativos para maior parte do período retratado, situação que demandou mais financiamento externo e compromete a capacidade de obter divisas. O indicador mostra a franca recuperação do saldo comercial a partir da bem-sucedida desvalorização cambial, operada em janeiro de 1999, a qual foi ampliada pelo esforço exportador que se seguiu e por circunstâncias favoráveis no mercado internacional, num quadro de manutenção do baixo dinamismo do mercado interno.

A recuperação do saldo comercial se deu com aumento da corrente de comércio, de maneira que alterou e ampliou a relação do Brasil com o resto do mundo. Esta recuperação, evidentemente, também se traduziu numa impor-

tante alteração das posições de saldo comercial das Unidades da Federação, com apenas cinco apresentando déficit em 2003.

Indicadores relacionados

- 03 - Uso de fertilizantes
- 04 - Uso de agrotóxicos
- 42 - Produto interno bruto *per capita*
- 43 - Taxa de investimento
- 45 - Grau de endividamento
- 50 - Vida útil das reservas minerais



Fonte: Balança comercial brasileira. Rio de Janeiro: Secretaria de Comércio Exterior, jan.-dez. 2003.

**Tabela 104 - Valor das exportações, importações e saldo comercial
Brasil - 1992-2003**

Ano	Valor (1 000 000 US\$ FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo comercial
1992	35 793	20 554	15 239
1993	38 597	25 480	13 116
1994	43 545	33 079	10 466
1995	46 506	49 972	(-) 3 466
1996	47 747	53 301	(-) 5 554
1997	52 990	61 438	(-) 8 448
1998	51 140	57 744	(-) 6 604
1999	48 011	49 275	(-) 1 263
2000	55 086	55 791	(-) 705
2001	58 223	55 581	2 642
2002	60 362	47 240	13 122
2003	73 084	48 260	24 824

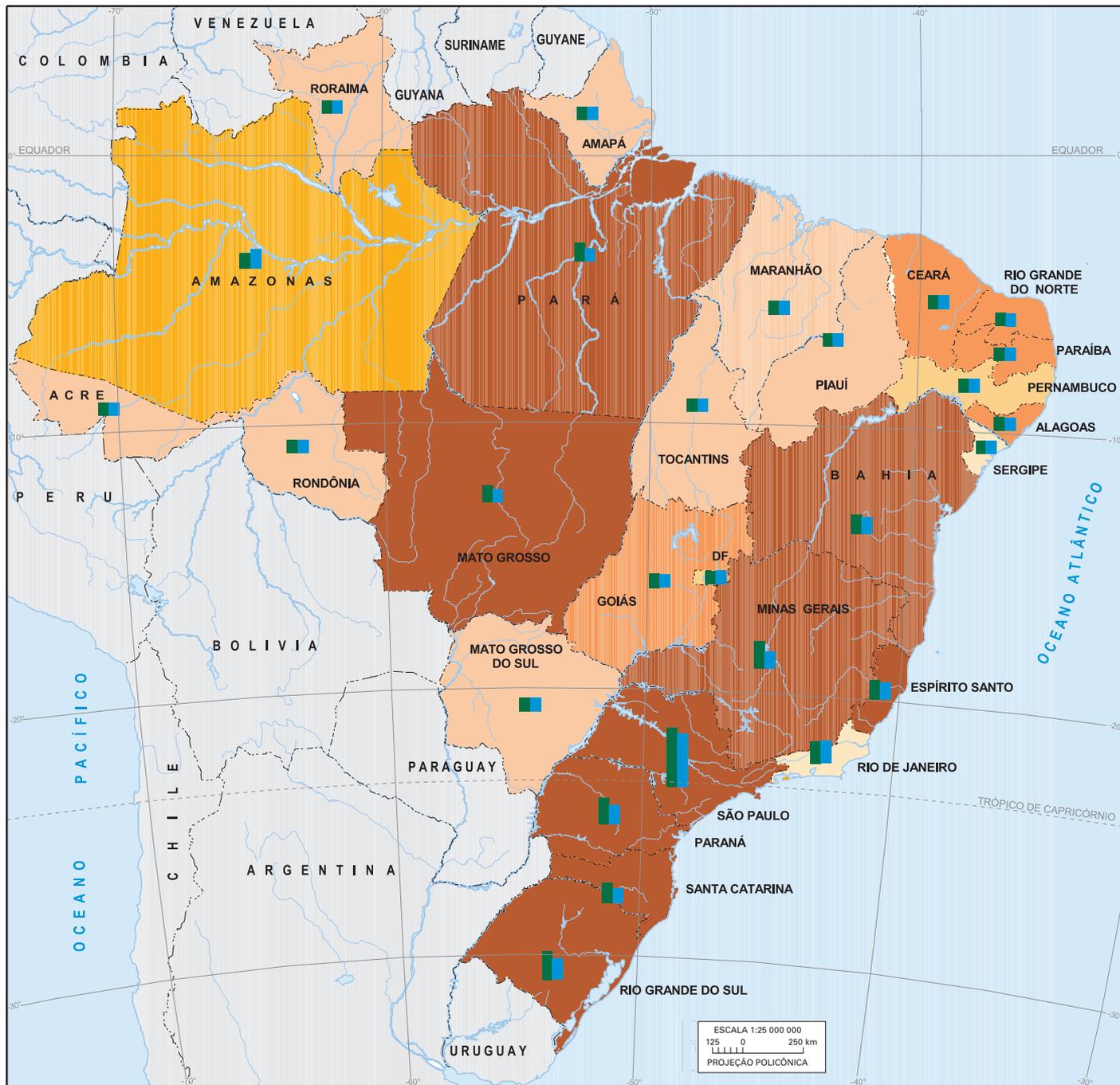
Fonte: Balança comercial brasileira. Rio de Janeiro: Secretaria de Comércio Exterior, jan.-dez. 2003.

Tabela 105 - Valor das exportações, importações e saldo comercial, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor (1 000 US\$ FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo comercial
Brasil	73 084 140	48 259 592	24 824 547
Norte	4 149 496	3 784 579	364 917
Rondônia	97 741	9 076	88 665
Acre	5 337	818	4 519
Amazonas	1 299 922	3 456 626	(-) 2 156 704
Roraima	3 831	2 092	1 739
Pará	2 677 521	291 663	2 385 858
Amapá	19 563	4 982	14 581
Tocantins	45 581	19 321	26 260
Nordeste	6 107 494	4 308 221	1 799 273
Maranhão	760 927	661 728	99 200
Piauí	58 682	10 295	48 387
Ceará	739 798	540 760	199 038
Rio Grande do Norte	310 446	168 555	141 891
Paraíba	168 437	60 706	107 731
Pernambuco	410 707	796 635	(-) 385 929
Alagoas	360 912	48 167	312 745
Sergipe	38 813	97 155	(-) 58 342
Bahia	3 258 772	1 924 220	1 334 552
Sudeste	38 887 277	29 789 781	9 097 496
Minas Gerais	7 434 162	2 429 440	5 004 722
Espírito Santo	3 534 564	2 155 036	1 379 528
Rio de Janeiro	4 844 113	4 894 769	(-) 50 656
São Paulo	23 074 439	20 310 537	2 763 902
Sul	18 862 285	8 671 455	10 190 830
Paraná	7 153 235	3 488 221	3 665 014
Santa Catarina	3 695 786	993 635	2 702 151
Rio Grande do Sul	8 013 263	4 189 598	3 823 665
Centro-Oeste	3 801 308	1 682 833	2 118 475
Mato Grosso do Sul	498 108	492 868	5 240
Mato Grosso	2 186 158	275 061	1 911 097
Goiás	1 102 202	376 729	725 473
Distrito Federal	14 840	538 174	(-) 523 335
Não declarados	1 276 279	22 723	1 253 556

Fonte: Balança comercial brasileira. Rio de Janeiro: Secretaria de Comércio Exterior, jan.-dez. 2003.

Mapa 40 - Valor das exportações, importações e saldo comercial - 2003



Saldo Comercial (US\$ 1 000 FOB)	Balança Comercial	Valores em (US\$ 1 000 FOB)
-2.156.704 a -523.336	Exportações	23.074.439
-523.335 a -385.929	Importações	4.844.113
-385.928 a 0		818
1 a 107.730		
107.731 a 1.334.551		
1.334.552 a 5.004.722		

Fonte: Balança comercial brasileira. Rio de Janeiro: Secretaria de Comércio Exterior, jan.-dez. 2003.

45 Grau de endividamento

Expressa a situação do País em relação à dívida externa.

Descrição

As variáveis utilizadas são a dívida externa total líquida e o Produto Interno Bruto - PIB, cujo valor, neste indicador, é obtido pela multiplicação do PIB a preços correntes pela taxa de câmbio média de dólares americanos.

O indicador expressa, em percentual, a razão entre a dívida externa total líquida e o Produto Interno Bruto.

A fonte das informações deste indicador é o Banco Central do Brasil, disponíveis na Internet, no endereço: <http://www.bcb.gov.br>.

Justificativa

O coeficiente mostra a relação entre as obrigações externas e a produção corrente do País. Quanto mais alto seu valor, maior a parcela do PIB que é desviada do esforço de desenvolvimento para o serviço da dívida. É evidente que, para se conseguir um desenvolvimento sustentável são requeridos recursos financeiros, e a falta de um nível suficiente de financiamento pode limitar as políticas de desenvolvimento. Em determinadas condições, o recurso externo pode servir para estimular o investimento e o crescimento, incrementar o consumo e aumentar as reservas, para amenizar futuras perturbações econômicas. Na Agenda 21 faz-se um apelo no sentido do monitoramento da provisão de recursos financeiros, em particular nos países em desenvolvimento, para que a comunidade internacional possa adotar novas medidas com bases em dados precisos e confiáveis.

Comentários

Em setembro de 2001 o Banco Central do Brasil introduziu duas mudanças metodológicas, com o objetivo de aperfeiçoar as estatísticas sobre dívida externa brasileira. Decidiu apartar do valor da dívida os montantes relacionados com empréstimos intercompanhia, os quais passaram a ser classificados como investimento direto no País, e procedeu uma revisão na posição de endividamento, excluindo os valores relativos a parcelas do principal das operações de crédito externo vencidas há mais de 120 dias. O novo enquadramento dos empréstimos intercompanhia atende às recomendações do *Manual de balanço de pagamentos do Fundo Monetário Internacional*, em sua 5ª edição, de 1993. A outra alteração visou a contemplar certas situações de pagamento, renovação ou refinanciamento cuja baixa depende da iniciativa do devedor e é impossível efetuar-se através dos sistemas informatizados mantidos pelo Banco Central. O valor apartado relativo às parcelas vencidas montava cerca de US\$ 16 bilhões, equivalente a quase 7% do endividamento total. Não é possível recompor a série anterior a 2001 com este mesmo critério, de maneira que a queda observada entre 2000 e 2001 deve ser, em parte, atribuída a esta mudança metodológica. O mesmo não acontece com os empréstimos

intercompanhia de maneira que eles não estão considerados no estoque da dívida, em toda série apresentada.

O indicador de grau de endividamento, que tem como denominador o PIB expresso em dólares, é bastante sensível a mudanças na taxa de câmbio. Deste modo, parte das variações verificadas está relacionada às alterações de política cambial observadas no período.

Recursos externos e capacidade de endividamento são considerados essenciais ao financiamento para um desenvolvimento sustentável. Durante o período analisado, o Brasil experimentou um ritmo de endividamento muito vigoroso, contudo não esteve associado a taxas de crescimento significativas. Este ritmo foi, principalmente, resultado da estratégia dirigida ao combate da inflação, em parte apoiada na sobrevalorização da moeda nacional. Nos anos mais recentes, e após a desvalorização cambial e melhoria da balança comercial, a tendência de crescimento da dívida externa dá sinais de reversão. Entretanto, uma diminuição da relação dívida/PIB, como a observada, não necessariamente se traduz, no curto prazo, numa diminuição do desvio de recursos do esforço de desenvolvimento para pagamento de serviço da dívida.

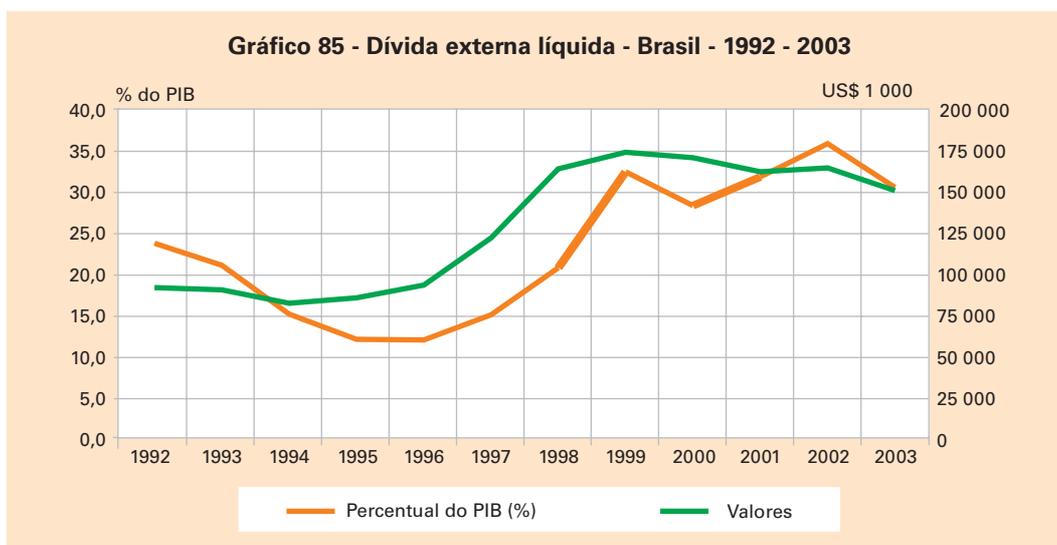
Por outro lado, cabe ressaltar que no ano de 2003, principalmente em razão da elevação do saldo externo de bens e serviços, interrompeu-se uma série de dez anos, em que a economia nacional apresentava necessidade de financiamento.

Indicadores relacionados

42 - Produto interno bruto *per capita*

43 - Taxa de investimento

44 - Balança comercial



Fonte: Economia e finanças: séries temporais. Brasília, DF: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/>>. Acesso em: abr. 2004.

Nota: PIB a preços correntes, segundo a taxa de câmbio média.

**Tabela 106 - Dívida externa líquida total e como percentual do PIB
Brasil - 1992-2000**

Ano	Dívida externa líquida	
	Valor total (1 000 000 US\$)	Percentual do PIB (%)
1992	92 339	23,8
1993	91 080	21,2
1994	82 927	15,3
1995	86 156	12,2
1996	93 935	12,1
1997	122 478	15,2
1998	164 415	20,9
1999	174 460	32,5
2000	171 081	28,4
2001	162 704	31,9
2002	165 002	35,9
2003	151 188	30,6

Fonte: Economia e finanças: séries temporais. Brasília, DF: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/>>. Acesso em: abr. 2004.

Nota: PIB a preços correntes, segundo a taxa de câmbio média.